

O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal

José Diogo Costa

DT 14-98

Junho 1998

As análises, opiniões e conclusões expressas neste documento de trabalho são da exclusiva responsabilidade do seu autor e não reflectem necessariamente posições do Ministério da Economia.

O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal

por

José Diogo Costa

Direcção-Geral da Indústria
do Ministério da Economia

FICHA TÉCNICA

Título: O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal

Autor: José Diogo Costa

Editor: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica
do Ministério da Economia

Rua José Estêvão, 83-A, 1.º-Esq.

1150 Lisboa

Gep@mail.telepac.pt

Concepção gráfica: Deltagraphos - Design e Publicidade, Lda.

Impressão e acabamento: Grafema - Sociedade Gráfica, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

Edição: Lisboa, Junho 1998

ISBN: 972-8170-41-8

Depósito legal: 125 429/98

Sumário

1. Considerações iniciais	7
2. O fabrico de produtos longos	9
2.1. Evolução da procura	9
2.2. Evolução da oferta	9
Estrutura da indústria	9
Emprego e recursos humanos	9
Balança comercial	9
Matérias-primas	10
Competitividade do sector e concorrência internacional	10
2.3. Tecnologia e investimento	10
3. O fabrico de produtos planos	13
3.1. Evolução da procura	13
3.2. Evolução da oferta	13
Estrutura da indústria	13
Emprego e recursos humanos	13
Balança comercial	13
Matérias-primas	14
Competitividade do sector e concorrência internacional	14
3.3. Tecnologia e investimento	14
4. Impacto do mercado único europeu	15
Capacidade de produção	15
Regras de concorrência	15
Ajudas de Estado	15
Política comercial	15
Outros aspectos	16
5. Impacto da política do ambiente	17
6. Considerações finais	19
7. Referências bibliográficas	21
8. Documentos publicados	23

1. Considerações iniciais

Com a privatização da Siderurgia Nacional, no fim de 1995, este sector industrial sofreu uma alteração completa no que respeita à responsabilidade de gerir as empresas industriais que aí exercem a sua actividade.

Passou mais de um ano sobre a transferência das responsabilidades para o âmbito privado, o que deve permitir avaliar os resultados obtidos com a solução escolhida pelo Governo cujo objectivo principal é a viabilização deste sector que teve nos últimos anos prejuízos significativos que implicavam ajudas do Estado, o que não podia ser aceite pela Comissão Europeia, de acordo com as regras existentes para a concorrência empresarial ao nível europeu.

No que respeita ao fabrico de produtos longos, a situação é complicada, devido à existência de duas instalações industriais na Maia e Seixal e esta última deve sofrer trabalhos de reestruturação aprovados pela Comissão Europeia.

Conforme é conhecido, este plano consiste na substituição das instalações de produção de aço existente no Seixal, por um forno eléctrico de arco, cuja instalação deve estar concluída no menor prazo de tempo e até ao fim de 1998, ficando condicionada a capacidade de produção a 740 000 ton/ano.

No que respeita ao fabrico de produtos planos dependente da Lusosider Aços Planos, as instalações situam-se no Seixal e as intervenções previstas dizem respeito à modernização das instalações de fabrico da chapa galvanizada e folha de flandres.

Este trabalho, que vem no seguimento de outro publicado no ano passado, tem por finalidade dispor de informações actualizadas que permitam avaliar a evolução da situação existente, de modo a procurar evitar mais prejuízos à Economia Portuguesa.

2. O fabrico de produtos longos

2.1. Evolução da procura

No documento anterior apresentava-se as previsões do relatório da Roland Berger que mostrava que o consumo de produtos longos (varão e fio-máquina) andava à volta de um milhão de toneladas, devendo o consumo manter um bom nível devido à continuação de importantes obras públicas. Interessa-nos também analisar a evolução da produção da actual empresa SN - Produtos Longos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Vendas Produtos Longos (mil/ton)

	1994	1995	1996
Mercado Interno	510	447	651
Exportação	186	145	164
Total	697	592	716
Importações	314	421	276

Mantem-se um elevado nível de importações, que atingiram o valor de 280 mil toneladas, que apesar de tudo sofreram uma diminuição em relação ao ano anterior em que o valor das importações atingiu cerca de 400 mil toneladas.

Continuo a julgar necessário verificar as condições de abastecimento do mercado Português de produtos siderúrgicos, de forma a reduzir a nossa dependência externa nesta matéria, que não tem justificação.

2.2. Evolução da oferta

Estrutura da indústria

No trabalho anterior foram referidas com algum detalhe as instalações das duas fábricas existentes

no Seixal e na Maia, não havendo até agora alterações significativas a mencionar.

Das condições de privatização resultou que o fabrico de *billetes* no Seixal ficasse da responsabilidade da SN - Serviços, que os fornece à SN - Longos para laminagem. Esta situação temporária em nada tem beneficiado as condições de exploração e deve procurar-se que acabe o mais rapidamente possível, tendo em consideração os aspectos económicos e sociais envolvidos.

Deve salientar-se que o plano de reestruturação em curso foi aprovado pela Decisão 257/94/CECA devendo estar concluído até ao fim de 1998, tendo como principal objectivo a substituição do processo produtivo do fabrico de aço no Seixal, em alto-forno/convertidor, por um forno eléctrico de arco. Durante um prazo de 5 anos a capacidade máxima de produção será de 740 000 ton/ano.

Emprego e recursos humanos

Na SN - Produtos Longos, o pessoal existente em 1996 era de 648 trabalhadores, o que corresponde a uma redução de 205 unidades durante o período de 1995/96.

A situação mais grave diz respeito à redução do número de trabalhadores da empresa SN - Serviços, que deve cessar a produção de aço em fins de 1998, apresentando atrasos significativos em relação ao plano aprovado. De acordo com as informações disponíveis, mantem-se o programa de apoio às regiões afectadas pela crise da indústria siderúrgica RESIDER, onde se dispõe de 6,92 Mecus, sobre a qual recai a maioria dos problemas sociais resultantes da reestruturação.

Balança comercial

A nossa balança comercial tem sido sempre negativa, embora no caso dos produtos longos tenha havido alguma redução da dependência externa sobretudo em produtos correntes.

Em 1996 o saldo negativo de varão e fio atingiu 285 000 ton e nas barras comerciais 100 000 ton.

As exportações aparecem devido a dificuldades de comercialização no mercado interno devido à concorrência das empresas espanholas e de outros países europeus.

Matérias-primas

Interessa salientar a importância crescente como matéria-prima da energia eléctrica fornecida pela EDP, em condições desvantajosas para as empresas nacionais.

No caso de as empresas interessadas não resolverem rapidamente os problemas existentes, impõe-se a intervenção da administração pública e Governo para encontrar uma solução adequada aos interesses nacionais.

No futuro a principal dependência será a sucata de aço, cujo preço é determinado pelas transacções com os importadores asiáticos.

A SN - Longos abastece-se de *billetes* da SN - Serviços e de acordo com as informações divulgadas tem havido problemas no balanceamento dos produtos utilizados, que não foram previstos nas decisões que levaram à separação do processo de fabrico dos produtos siderúrgicos.

Deve salientar-se que a SN - Serviços realizou economias significativas na gestão das matérias-primas, o que se traduziu nos resultados do último trimestre, o que deve considerar-se surpreendente, considerando os resultados obtidos no passado recente.

Competitividade do sector e concorrência internacional

O facto de não ter sido ainda alterado o processo produtivo no Seixal não permite obter as vantagens competitivas que se esperam com essa alteração.

Também as limitações existentes na capacidade de produção e o volume do mercado interno, implica importações cuja justificação é difícil interpretar.

Por outro lado, deve salientar-se que as observações feitas no trabalho anterior mantêm toda a sua actualidade, devendo resumir-se da seguinte maneira:

Necessidade de relações equilibradas entre indústrias, armazenistas e consumidores, de forma a limitar as importações que causam prejuízos à economia nacional.

Deve ainda salientar-se que em geral a redução dos preços de venda é utilizada para bater a concorrência, o que leva a resultados negativos nas empresas.

A penetração do mercado interno permite concluir das dificuldades das empresas nacionais, mas falta conhecer em que medida os concorrentes têm cumprido com as regras da CECA nesta matéria. Sem o esclarecimento desta situação as justificações carecem de fundamento.

Em 1996, a SN - Longos apresentou um resultado negativo de 3,1 milhões de contos, no qual se incluem indemnizações pagas ao pessoal no valor de 1,4 milhões de contos. O resultado operacional teve uma evolução favorável sendo de 1 milhão de contos, uma melhoria de 39% em comparação com o ano anterior.

Deve também salientar-se a evolução da situação deste sector ao nível da União Europeia, em especial o início da privatização da Corporação da Indústria Siderúrgica em Espanha, que foi privatizada numa fase inicial em 35%, que fica controlada pela empresa do Luxemburgo ARBED, o que poderá vir a reforçar a concorrência no mercado ibérico.

2.3. Tecnologia e investimento

O padrão internacional existente para o fabrico de produtos longos é a via forno eléctrico de arco consistindo a resolução do nosso problema o encerrar do alto-forno existente no Seixal.

A SN - Longos só decidiu em Maio de 1997 iniciar a tramitação para proceder à instalação de um forno eléctrico com capacidade média de 100 ton/hora, respeitando a Decisão CECA de 12/04/1994.

Deve salientar-se que a viabilidade técnica e económica do investimento depende de condições que ultrapassam o âmbito da empresa, entre as quais se destacam as seguintes: energia eléctrica, transportes, ambiente.

Os investimentos previstos inicialmente na instalação são de 4,1 milhões de contos e na área do

ambiente 1,450 milhões de contos, prevendo-se que o financiamento seja feito a condições do mercado.

De acordo com as indicações da empresa, esta instalação deverá arrancar no fim de 1998, data em termina o prazo dado pela Comissão Europeia para a reestruturação da indústria siderúrgica europeia.

3. O fabrico de produtos planos

3.1. Evolução da procura

As informações disponíveis nesta matéria são as estatísticas de produção e importação que não têm sido analisadas com atenção, de modo a servir de base para determinar a evolução das capacidades produtivas.

Vendas da Lusosider (mil/ton)

	1995	1996
Mercado Interno		102
Exportação	62	92
Total	217	194
Importações	217	192

A conclusão que pode tirar-se é de que a importação de produtos da gama da Lusosider é equivalente à sua actual produção. Nesta situação, que deve procurar corrigir-se, pode considerar-se como um objectivo realista a duplicação da capacidade de produção existente, de modo a evitar a importação de produtos e manter algumas vendas para o exterior.

Deve salientar-se que o consumo de produtos siderúrgicos planos foi em 1995 cerca de 900 000 toneladas, o que deve merecer uma análise mais detalhada, de modo a servir de suporte para o necessário aumento da capacidade de produção desta empresa.

3.2. Evolução da oferta

Estrutura da indústria

Como não é fácil encontrar informação objectiva nesta matéria, indica-se a seguir o equipamento principal existente no Seixal.

- Trem de redução reversível quarto de uma caixa (cap. 110 000 ton/ano).
- Trem quarto de uma caixa reversível destinado à têmpera (cap. 230 000 ton/ano).
- Fornos de Recozimento tipo campânula (cap. 200 000 ton/ano).
- Linha de estanhagem electrolítica, processo Ferrostan (cap. 100 000 ton/ano).
- Linha de galvanização por imersão (cap. 110 000 ton/ano).
- Linha de corte e perfilagem e linha de rebobinagem e corte.

A Lusosider após a privatização foi obrigada a tomar medidas urgentes para recuperar as deficiências de funcionamento que apresentavam as instalações da Siderurgia Nacional que provocavam dificuldades na produção e qualidade, de modo a aumentar a produção até 300 Kton.

As primeiras medidas dizem respeito à modernização das linhas de galvanização e estanhagem e devem realizar-se no 2.º semestre de 1997.

Emprego e recursos humanos

O necessário ajustamento de efectivos tem no caso desta empresa um significado limitado a 3% dos efectivos, que se estabilizou no valor médio de 448 trabalhadores.

Nestas condições, a gestão dos Recursos Humanos actuou nas seguintes áreas: comunicação externa, formação técnica, novo acordo de trabalho, projecto de um sistema de classificação de funções e remuneração baseado na competência individual.

Balança comercial

No caso do fabrico de produtos laminados a frio, tem-se estado sempre dependente da importação de *coils*, que constituem o produto de base a ser

transformado. De acordo com os dados disponíveis em 1995, as importações de produtos planos atingiram 950 Kton/ano, no valor de 80 milhões de contos.

No caso dos produtos planos, deve dar-se uma atenção especial aos centros de serviço, que têm alguma importância na estrutura do sector e na satisfação das necessidades de alguns clientes.

Deve também dar-se atenção à evolução das importações de produtos planos, que têm aumentado de forma significativa, de modo a permitir equacionar uma política de substituição de importações.

Matérias-primas

Uma matéria-prima essencial no fabrico de produtos planos são os *coils*, que são transformados em produtos acabados.

A viabilidade da Siderurgia Nacional sempre esteve comprometida pelas condições de compra dos *coils*, o que se considerava que viria a ser resolvido com a privatização da empresa a entidades com capacidade produtiva no fabrico desses produtos, o que deve ser seguido com atenção pelas entidades responsáveis pela indústria.

Competitividade do sector e concorrência internacional

O preço de compra dos *coils* é o factor essencial para a competitividade deste sector industrial em que a transformação dos produtos é pouco significativa, embora uma adequada qualidade dos produtos e prazos de entrega sejam factores positivos nas relações com os consumidores.

O facto de a Lusosider estar ligada a dois grupos industriais europeus, Usinor e Hoogovens,

traduz-se por uma concorrência com os outros grupos siderúrgicos europeus que em alguns casos pode ser agressiva.

No que respeita aos resultados económicos, os prejuízos foram em 1996 de 1,5 milhões de contos, ou seja, 49% inferiores ao ano anterior. Contudo, houve uma melhoria no 2º semestre com um *cash-flow* positivo.

A empresa tem por objectivo uma melhoria acentuada dos resultados em 1997 com, pelo menos, *cash-flow* positivo, o que no fim do 1º semestre tinham sido ultrapassados.

3.3. Tecnologia e investimento

A Lusosider elaborou um plano de investimento que reside na modernização das instalações, reorganização dos processos, introdução de novos sistemas de informática, de forma a melhorar a qualidade dos produtos e a produtividade das instalações.

De acordo com as indicações da empresa, o montante dos investimentos previstos para 1997 deve atingir o valor 1,7 milhões de contos, devendo nos anos seguintes atingir 2 milhões de contos por ano.

Está também previsto investir na formação de pessoal técnico de modo a melhorar a qualidade dos produtos, o que poderá ser facultado pelas actuais ligações internacionais da empresa.

A resolução dos problemas relacionados com o ambiente vai obrigar a empresa a investir no valor estimado de 1 milhão de contos.

Numa perspectiva de médio prazo deve analisar-se a situação da balança comercial e verificar em que medida é possível reduzir o défice comercial que afecta de forma negativa a Economia Nacional.

4. Impacto do mercado único europeu

O tratado da Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA) constitui o quadro regulamentar em que se movimenta a Indústria Siderúrgica. Este tratado foi assinado em Paris, em 1951, e tem 50 anos de vigência.

Quando entrámos para a CECA em 1986, a Siderurgia Nacional, tinha elaborado um plano de expansão da sua capacidade produtiva, que não foi aprovado.

Por isso tomaram-se algumas medidas, de modo a adaptar a configuração industrial e a melhorar a produtividade das instalações do Seixal, com uma redução significativa de mão-de-obra, o que constituía a primeira fase de reestruturação dessas instalações.

Com a adesão à CECA, deu-se a abertura do mercado português às importações de produtos siderúrgicos provenientes de outros países europeus.

A indústria siderúrgica em Portugal sempre beneficiou de uma protecção alfandegária, tendo sentido dificuldade sem adaptar a sua prática à abertura do mercado nacional e os problemas existentes ainda não estão resolvidos.

Embora o acto único não faça referência directa ao sector siderúrgico a realização do mercado interno vai ter efeitos indirectos em dois aspectos:

- custos de produção;
- condições de concorrência.

A experiência permite considerar como mais importantes a resolução de problemas relativos aos seguintes aspectos do tratado CECA:

Capacidade de produção

O artigo 46 do tratado CECA permite à Comissão realizar estudos e colher informações, que devem servir de orientação à sua intervenção neste sec-

tor industrial e suportar divisões das empresas siderúrgicas.

No caso do artigo 58 do tratado, relativo à situação de crise manifesta, julgo que a prudência, relacionada com a incerteza na evolução do mercado a nível mundial, nos obriga a manter esta disposição.

Regras de concorrência

O tratado CECA, nos seus artigos 65 e 66, define as condições de intervenção relativamente às regras de concorrência.

Na decisão 3654/91 alterna-se a decisão nº 25/67, relativa ao regulamento de execução do artigo 66, relativo à isenção de autorização prévia.

A adaptação feita deve-se a alterações havidas no volume de produção, na estrutura económica e nas condições do mercado e concorrência.

Ajudas de Estado

Nos termos da alínea a) do artigo 4 do Tratado, é proibida a concessão, por parte do Estado, de auxílios à siderurgia, independentemente da forma que assumam.

A partir de 1 Janeiro de 1997 e até ao fim do tratado, será aplicado um novo código de ajudas que permite à indústria siderúrgica beneficiar de ajudas à investigação e desenvolvimento, protecção do ambiente, encerramento de instalações.

Política comercial

Os artigos 71 a 75 do tratado tratam da política comercial.

A experiência que temos da prática da Comissão mostra a tendência em procurar ultrapassar as competências dos Estados-membros, como se prova com as negociações com os países de Leste e Estados Unidos, com os resultados não muito favoráveis para este sector industrial.

Outros aspectos

Deve ter-se em consideração a Dimensão Social do Tratado CECA, mantendo o apoio aos trabalhadores no caso de perda de emprego.

Devem manter-se também o apoio à Investigação e Desenvolvimento, que tem uma longa tradição neste sector industrial, e onde se obtiveram resultados práticos muito vantajosos para a indústria Europeia.

No que respeita ao comité consultivo da CECA considera-se que deve manter-se as consultas aos parceiros sociais, aproveitando o que foi feito de positivo nos últimos 45 anos.

5. Impacto da política do ambiente

A aplicação da legislação restritiva em cumprimento na União Europeia irá implicar importantes esforços para as empresas do sector siderúrgico.

No que respeita à SN - Produtos Longos deve concluir-se em 1997 uma auditoria da situação do ambiente destinada a definir os problemas existentes, as soluções técnicas adequadas, seu custo e prazo de implementação. Após a realização deste estudo será acordado com a Urbindústria a repartição dos custos conforme o estabelecido na privatização.

Também a Lusosider manifesta preocupações com o ambiente tendo mandado realizar dois estudos que devem estar concluídos no primeiro semestre de 1997. As áreas analisadas são os poluentes líquidos, emissões de gases, resíduos sólidos e contaminação dos solos.

Deve salientar-se que o plano de Reestruturação da Siderurgia Nacional previa despesas no ambiente de 5,2 milhões de contos, correspondendo a Ajudas de Estado de 1,2 milhões de contos.

6. Considerações finais

A metodologia aplicada neste trabalho é idêntica à utilizada anteriormente, o que facilita a análise da evolução da situação deste sector industrial em que existem múltiplos problemas para resolver e que afectavam de maneira significativa a modernização do sector.

Verifica-se que a situação existente neste sector industrial sofreu uma mudança radical devido à privatização da Siderurgia Nacional, mas passado um ano após a mudança as alterações realizadas não permitiram ultrapassar dificuldades existentes nas novas empresas siderúrgicas especializadas no fabrico de produtos longos e planos,

cujo mercado tem evoluído de forma significativa.

As mudanças necessárias neste sector industrial passam pela modificação das condições de intervenção das entidades envolvidas de modo que as empresas contribuam de forma positiva para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Fazemos votos para que as entidades intervenientes na indústria siderúrgica em Portugal consigam compreender a situação real e modifiquem o seu comportamento de modo a defender o interesse nacional.

7. Referências bibliográficas

O Futuro da Siderurgia Portuguesa na Comunidade Europeia

Revista da Ordem dos Engenheiros 1996/97

O Sistema de Produção da Siderurgia

Semanário Económico - Setembro 1997

O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal

Revista Indústria - Março 1997 - CIP

Ajudas à Siderurgia Nacional

— Decisão da CE de 12/04/1994

— Decisão 2496/96/CECA - Normas Comunitárias de Ajudas à Siderurgia

8. Documentos publicados

- DT 1 **Política de Concorrência e Política Industrial**
Nov. 96 *António Nogueira Leite* - (Esgotado)
- DT 2 **Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego**
Dez. 96 *Paulino Teixeira* - (Esgotado)
- DT 3 **Ética e Economia**
Jan. 97 *António Castro Guerra* - (Esgotado)
- DT 4 **Padrões de Diversificação dos Grupos Empresariais**
Mar. 97 *Adelino Furtado* - (Esgotado)
- DT 5 **Estratégias e Estruturas Industriais e o Impacto da Adesão à Comunidade Europeia**
Maio 97 *António Brandão, Alberto Castro e Helder de Vasconcelos* - (Esgotado)
- DT 6 **Têxteis, Vestuário, Curtumes e Calçado - Uma Visão Prospectiva**
Jun. 97 *João Abel de Freitas*
- DT 7 **O Comércio a Retalho Português no Contexto Europeu**
Jul. 97 *Teresinha Duarte*
Com a coordenação de Julieta Estêvão
- DT 8 **Será a Globalização um Fenómeno Sustentável?**
Out.97 *Vitor Santos*
- DT 9 **Turismo Português - Reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade**
Nov. 97 *António Trindade*
- DT 10-98 **União Europeia - Auxílios de Estado e Coesão Económica e Social - Tendências**
Jan.98 **Contraditórias**
Maria Eugénia Pina Gomes
Mário Lobo
- DT 11-98 **Cooperação Comercial - Uma Estratégia de Competitividade**
Mar.98 *Teresinha Duarte*
- DT 12-98 **Globalização e Competitividade - O Posicionamento das Regiões Periféricas**
Maio.98 *António Castro Guerra*
- DT 13-98 **Determinantes do Desinvestimento em Portugal**
Maio.98 *João Abel de Freitas*
- DT 14 **O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal**
Jun. 98 *José Diogo Costa*

